

# CIDADÃOS INDISCIPLINADOS E SEUS LUGARES: O ABRIGO DA SABEDORIA COMUM<sup>1</sup>

Paulo Dimas Menezes

(Universidade Federal de Minas Gerais; Instituto de Geociências; Programa de Pós-graduação)  
paulodima@terra.com.br

Não é comum que se coloque em debate a questão da pertinência, utilidade e eficácia do planejamento espacial, por maior que seja o descontentamento com o desperdício de esforços e os resultados pífios alcançados. A abstenção da dúvida radical em tal debate não permite que se questione a validade da própria noção de planejamento, tal como praticada no âmbito do poder público no Brasil. Não podemos mais adiar o momento de encarar algumas perguntas simples e impertinentes, latentes no discurso do senso comum: para que elaborar planos se eles, assim como as leis, não são cumpridos? Se existem planos e leis adequadas, porque a devastação ambiental continua, nossos lugares estão tão feios e nossa vida não melhora? Qual o fundamento “científico” da crença na necessidade do planejamento, se os resultados (ou a falta deles) não se cansam de provar o contrário? Não seria o investimento em planos mero desperdício de recursos públicos?

Estas perguntas não costumam frequentar o debate acadêmico. O embate entre as formas, modelos e matrizes teóricas dos planos (compreensivo, estratégico, participativo...), supostamente opostos e excludentes, encobre a conseqüência mais trágica da falta de resultados para a vida da maioria dos cidadãos brasileiros. Os poucos exemplos de sucesso são soterrados por tal avalanche de fracassos que poderíamos tratá-los como exceções à regra geral de que "planejamento não compensa" por aqui, e talvez não apenas por aqui.<sup>2</sup> A busca de outro caminho para o debate passa a ser tarefa prioritária para aqueles que ainda acreditam na necessidade e validade deste instrumento para consolidação da autonomia em sociedades democráticas. Neste rumo encontramos uma pista na afirmação de que a "construção de uma nova matriz urbanística passa pela eliminação da distância entre planejamento urbano e gestão" (MARICATO, 2000, p. 169). A constatação amplia a profundidade de campo e, para além do primeiro plano, foca em uma necessidade mais ampla, de outro modelo para gestão republicana, um novo paradigma de *governo*.

Fracionar o sujeito de governo, delegando a dois diferentes agentes suas principais funções — planejamento e gestão — inocular alta tensão no processo: alguém pensa para que outro execute. É uma situação que torna pertinente a dúvida: afinal, quem está no comando, quem é o governo? Inspirados na crítica marxiana da oposição entre teoria e prática podemos demandar uma práxis que unifique em um único sujeito as duas funções de governo: planeja quem executa, executa quem planeja. Acima da questão da eficácia paira, no entanto, a da legitimidade. Onde procuramos o sujeito do governo, olhando pelas lentes do paternalismo, enxergamos sem muita contestação o ocupante temporário do estado. Pelas mesmas lentes vemos o técnico especialista, detentor de conhecimento disciplinar específico, na figura de sujeito planejador. A esta visão corresponde a aceitação resignada da heteronomia extensiva a que nos acostumamos em 5 séculos de história. Teremos, no entanto, que escolher outro caminho se concordarmos que "... *exercer a autonomia* é a alma mesma de um planejamento e de uma gestão que querem se credenciar para reivindicar seriamente o adjetivo *democrático(a)*." (SOUZA, 2002, p. 335).

Certamente não podemos atribuir a uma única causa a amplitude da heteronomia na república brasileira. É possível, no entanto, identificar nas formas correntes de planejamento público uma das barreiras para o exercício da autonomia e ainda detectar uma vinculação estrutural da crise do planejamento com a crise da ciência moderna, a partir do momento que o primeiro passa a adotar, como seu principal fundamento operacional, o método científico.

---

<sup>1</sup> Este artigo faz parte de pesquisa de mestrado em geografia — “O cidadão como sujeito de governo” — desenvolvida no programa de pós-graduação do IGC – UFMG, sob orientação da professora Heloisa Soares de Moura Costa,

<sup>2</sup> Em palestra proferida no curso de arquitetura e urbanismo da PUC MINAS, "A cidade europeia 2010. Networks e processos", o geógrafo alemão Martin Fuerstenberg, responsável pelo planejamento espacial da Siemens em Berlim, falando sobre a crise do urbanismo, afirmou que de cada 4 planos públicos elaborados na Alemanha apenas um apresenta algum resultado significativo.

## Planejamento disciplinar e ciência moderna.

“Planejamento” é uma palavra [...] utilizada para explicitar a intenção de racionalizar operações, da maneira mais objetiva possível [...]. Até os anos setenta do século XX [...] as práticas de planejamento do pós-guerra [...] são identificadas com a intenção de modernização das instituições e da vida social. A idéia de modernizar está associada [...] à perspectiva do progresso. Portanto, independentemente da situação, das “realidades”, assim como das temáticas, planeja-se para modernizar: para crescer, para desenvolver, para que tais objetivos sejam alcançados mais rapidamente. (HISSA, 2002, p. 230)

A vinculação às idéias de racionalidade e progresso faz do planejamento uma “resposta imediata à concepção tradicional de ciência moderna.” (HISSA, 2002, p. 234) Daí ser possível encontrar na fragmentação disciplinar da ciência razões para a separação entre planejamento e gestão ou buscar causas da ineficácia na tentativa de aplicação do método científico ao planejamento: se a ciência, por princípio, existe para produção de conhecimento, uma forma de planejamento que se diz ciência não poderia deixar de assumir este compromisso como prioridade. Mas seria esta a sua legítima razão de existência? <sup>3</sup> Certamente concordaríamos que uma forma de planejamento que mereça sobreviver deve se dispor a outra intenção, ou outra atitude.

(...) os planos e as políticas deveriam refletir a vontade coletiva de transformação. Os planos e as políticas deveriam ser compreendidos como instrumentos de mudança. Deveriam ser elaborados e encaminhados por quem deseja a transformação: por quem está *disponível* para ela. Se não forem assim concebidos, os planos estarão destituídos de significado. (HISSA, 2002, p. 234)

As formas de planejamento que se impõem após a década de 70 chegam a concordar com o objetivo prioritário de transformação, bem como com a necessidade de maior eficácia e legitimidade, o que julgam condições suficientes para que se declarem pós-modernas. No entanto seus praticantes não parecem abrir mão do caráter disciplinar que pressupõe conhecimento especializado, do poder adquirido em função da superioridade determinada pelo saber “cientificamente” adquirido, do protagonismo e da autoria. Como não querer ser moderno?

No momento em que as bases epistêmicas sobre as quais se assenta o planejamento — o paradigma da ciência moderna — continuam expostas a intenso bombardeio, interessa menos a destruição das estruturas, que o resgate, tanto do que foi perdido do sentido original da palavra<sup>4</sup>, quanto do conhecimento que se alcançou pelo caminho da ciência, para que juntos participem da construção de “um futuro mais decente”. A superação do paradigma moderno da ciência poderia, assim, trazer como efeito colateral positivo o surgimento de outro paradigma de governo republicano. Nesta rota o projeto de dupla ruptura epistemológica de Boaventura de Sousa Santos pode bem cumprir papel de bússola (ou GPS?), como se ensaia a seguir.

Aristóteles distingue quatro tipos de causa: a causa material, a causa formal, a causa eficiente e a causa final. As leis da ciência moderna são um tipo de causa formal que privilegia o *como funciona* das coisas em detrimento de *qual o agente* ou *qual o fim* das coisas. É por esta via que o conhecimento científico rompe com o conhecimento do senso comum. É que, enquanto no senso comum, e portanto no conhecimento prático em que ele se traduz, a causa e a intenção convivem sem problemas, na ciência a determinação da causa formal obtém-se com a expulsão da intenção. É este tipo de causa formal que permite prever e, portanto, intervir no real [...]. (SANTOS, 2003, p. 29/30)

<sup>3</sup> O foco prioritário do planejamento na produção do conhecimento traz como resultado o que o planejador público brasileiro bem conhece na prática: a maior parte dos recursos disponíveis se esgotam na coleta e análise de dados, o pouco que resta fica para geração de soluções “técnicas” (com utilização de porcentagem ínfima dos dados colhidos e analisados) e nenhuma parte sobra para o que mais importa, a ação, a implementação do plano. Não é de se estranhar, com tal metodologia, tanta letra morta, tanta literatura não lida, tanta “ordem” não reconhecida ou cumprida.

<sup>4</sup> Planejamento, do latim *planus* — fácil, claro, evidente' — se relaciona com 'aplainar dificuldades, explicar', e com *planitas, átis* — 'simplicidade'; uma palavra que se colocava, portanto, a serviço da democratização do conhecimento.

O que aqui se diz da ciência explica o teor do debate sobre o planejamento que se quer ciência: por não se encontrar no centro das preocupações, o questionamento sobre o sujeito — *qual o agente* — e sobre as intenções do planejamento — *qual o fim* — perdem importância em relação à questão dos métodos. A ruptura da ciência moderna com o senso comum, por outro lado, tem como paralelo o apartamento sistemático do “cidadão comum” das decisões sobre o destino dos lugares onde vivem. O desinteresse que a ciência moderna demonstra pelo agente tem outro desdobramento mais trágico: a desconfiança crônica em relação ao outro. Esta é colocada pelo cientista sobre o cidadão-objeto, tratado como “ignorante generalizado” (SANTOS, 2003, p.88), incapaz de dizer uma palavra sobre seu mundo ou, pior, sobre si mesmo. Se a desconfiança se manifesta em relação aos humanos, entes da mesma espécie de cientistas e planejadores, que atitude podemos esperar em relação ao planeta e às diversas formas de vida que nos cercam? Da indiferença à brutalidade qualquer atitude é plausível para quem não se reconhece no outro e não experimenta outra relação de conhecimento que não implique em controle e domínio sobre um objeto.

Sendo um conhecimento mínimo que fecha as portas a muitos outros saberes sobre o mundo, o conhecimento científico moderno é um conhecimento desencantado e triste que transforma a natureza num autômato, ou, como diz Prigogine, num interlocutor terrivelmente estúpido. Este aviltamento da natureza acaba por aviltar o próprio cientista na medida em que reduz o suposto diálogo experimental ao exercício de uma prepotência sobre a natureza. (SANTOS, 2003, p. 53)

À aviltadora distinção humano/natureza “vão se sobrepor nos séculos seguintes outras, tal como a distinção natureza/cultura e a distinção ser humano/animal” (SANTOS, 2003, p. 39), além daquela, mais próxima, entre habitantes e lugares habitados. Na visão pré-moderna do senso comum o habitante se reconhece no *seu* lugar a tal ponto que faz dele o principal componente de sua identidade. Também os lugares são de tal forma impregnados pelos hábitos de *seus* moradores que deles não se distinguem. Esta união primordial, feita de experiência e afeto, é rompida pelo olhar analítico da ciência que fragmenta a vida do lugar e de seus habitantes em objetos distintos, visados por disciplinas distintas. Como resultado ganhamos um espaço vazio, abstrato, e um morador que se torna *usuário* — o que mais poderia a razão moderna imaginar fazer nos lugares se não *usá-los*? As relações com lugares se reduzem a funções e daí para o funcionalismo urbano/sociológico, ou para o mecanicismo que vê na cidade mera máquina produtora de bens, não chega a haver um passo.

Não pode ser outra a causa do desligamento moderno das pessoas com seus lugares, aqueles mesmos com quem antes compartilhavam amor e cuidado. A ausência do sentimento de pertinência mútua gera este espaço que não é de ninguém — o que passa a significar o absurdo de que pertencem ao especialista para seu desígnio e ao Estado para sua gestão. Abandonados a esta sorte, por mais que carreguem as lembranças de prazeres conjuntos, os rios, parques, esquinas e praças agora devem ser cuidados por este “alguém que tem que fazer alguma coisa”, a quem culpamos pelo abandono, pela falta de segurança, pelos cheiros que sentimos quando por eles passamos, sem mais habitá-los. Estes ex-lugares, desertos de habitantes ocupados por usuários e produtores, depois de devidamente foto-topografados, escrutinados por vãos que os “conhecem” à distância, se tornam a manifestação real, em nossa vida, do espaço abstrato com que os planejadores se acostumaram a lidar. São o fruto maduro de “uma relação que interioriza o sujeito à custa da exteriorização do objeto, tornando-os estanques e incomunicáveis”. (SANTOS, 2003, p. 54)

### **Cidadãos indisciplinados e seus lugares.**

Se concordamos que “a distinção sujeito objeto é muito mais complexa do que a primeira vista pode parecer” a ponto de que “perde os seus contornos e assume a forma de um *continuum*” (SANTOS, 2003, p. 44/45), caminhamos para uma concepção de planejamento/gestão que se ocupe da vida inteira. Nesta o habitante não pode ser visto, porque assim não se vê, como indivíduo fora do lugar, tampouco do conhecimento sobre o lugar que habita: deles faz parte. Também o lugar entranha na vida de habitante a ponto que dele também não se distingue.

Esta abordagem direciona o olhar para a unidade indivisível habitante/lugar, suas relações mútuas, íntimas, e o (auto-)conhecimento sobre ambos. Se assim for podemos entrar por qualquer das portas que encontramos o mesmo objeto unificado. Mas se habitantes são portadores de desejos, necessidades, planos e outras vontades — que lugares aparentemente não têm — podemos defender a adequação, ou prudência, de focar no habitante como síntese do objeto unificado. Até aqui talvez não encontremos dificuldades de acordo com os especialistas, mas certamente não teremos a mesma facilidade ao abordarmos a questão do sujeito, *o autor*. A própria existência de planejadores e gestores profissionais pressupõe agentes que se insinuam na relação habitante-lugar, com o argumento de possuírem/serem “autoridade”, portadora de mandato ou conhecimento especializado que garantiria a autoria do plano e o monopólio da gestão. Mas quando seu modelo de ciência se vê sob fogo cruzado, o especialista passa a ter fortes motivos para se preocupar com sua sobrevivência.

Se, como propõe WEIL, a separação entre sujeito e objeto é a ilusão original que torna possível o isolamento das disciplinas, isto é, se nos encontramos diante da crise da fragmentação disciplinar, em frente a duas ilusões que se sustentam mutuamente mas não conseguem se firmar com autoridade no mundo contemporâneo, basta um golpe certo, seja na separação entre sujeito e objeto, seja no engavetamento de conhecimentos em disciplinas isoladas, para derrubar o castelo de cartas em que se apóiam as certezas do especialista. Isto pode mesmo já estar ocorrendo no momento em que o planejamento espacial, disciplinar e disciplinador, não tem sido capaz de convencer os que vivem nos lugares da sua importância, necessidade e eficácia: planos e leis sobre o espaço são solenemente ignorados pela maioria de moradores, proprietários, empreendedores e pelo próprio poder público, a quem caberia, em tese, implementar os controles e diretrizes de organização espacial.

Assim como não se conforma à disciplina que o trata como estúpido objeto, o habitante não se conforma com a submissão a uma disciplina, uma ordem que ele mesmo não criou, e que lhe tentam impor, logo ali no *seu* lugar. O debate das formas oculta a razão mais provável do fracasso do planejamento, e esta só pode ser encontrada onde se esconde a questão da legitimidade. Que outro sujeito poderia incorporar em si o objeto senão o habitante? Que outro planejador pode pleitear legitimamente o lugar de sujeito? Em um novo paradigma de governo o cidadão indisciplinado é o único capaz de reivindicar a unidade e a legitimidade necessárias à sobrevivência da noção de planejamento. Para que se efetive, no entanto, esta autonomia potencial depende da existência de uma *sabedoria comum*, fruto do reencontro da ciência moderna com outros conhecimentos, além de um lugar adequado para abrigar este encontro.

A existência de outro sujeito de governo explicita a questão da sobrevivência do especialista. Não se pretende imaginar que seu conhecimento seja inútil em uma nova ordem. Se há necessidade de uma readequação de papéis isto não quer dizer que não haja lugar para o saber produzido pelo planejamento disciplinar. Por outro lado o fato do habitante assumir o papel de protagonista não quer dizer que ao planejador caiba apenas o de coadjuvante. Não se propõe aqui a pobreza da mera troca de papéis. A substituição de modelos centralizados e hierarquizados, característicos dos sistemas vigentes de planejamento e gestão, pelo modelo de rede, onde a hierarquia não cumpre o mesmo papel determinante, cria oportunidade potencial para um sistema pluri-protagonista.

Em tal sistema a horizontalidade das relações e disponibilidade de informações permitiriam a complementaridade entre diferentes saberes, demandando para isto confiança mútua e diálogo cordial. O cidadão sem disciplinas, habitante dos lugares ou das ciências, demanda outro jeito para produzir conhecimento e governar sua vida que não se encaixa nos moldes da ciência moderna.

[...] a crise do paradigma da ciência moderna não constitui um pântano cinzento de ceticismo ou de irracionalismo. É antes o retrato de uma família intelectual [...]no momento de se despedir, com alguma dor, dos lugares conceituais, teóricos, e epistemológicos, ancestrais e íntimos, [...], uma despedida em busca de uma vida melhor a caminho doutras paragens onde o otimismo seja mais fundado e a racionalidade mais plural e onde finalmente o conhecimento volte a ser uma aventura encantada. (SANTOS, 2003, p. 58)

As condições para que esse novo conhecimento se estabeleça pressupõem, antes de tudo, o abandono da atitude típica da ciência moderna que, sugerindo via de mão única como rota do conhecimento, terminaria por submeter saberes vulgares às necessidades, métodos e princípios da forma de conhecimento que se pretende superar. A cada cidadão justamente desconfiado do conhecimento acadêmico — porque este o desconsidera como sujeito portador de saberes, merecedor de maior atenção que a dispensada a um objeto qualquer — corresponde um especialista portador de justas desconfianças em relação ao senso comum, ao seu caráter opressor, moralista e conservador. Mesmo que ambos não tolerem a limitação da disciplina e a concentração ilegítima do poder, ainda não encontraram um lugar aberto e confortável, capaz de abrigar um encontro em que a confiança supere o estranhamento. Este estranhamento se revela claramente, mesmo em projetos que se propõe a uma aproximação e a uma libertação do antigo paradigma.

É certo que o conhecimento do senso comum tende a ser mistificado e mistificador mas, apesar disso, [...] tem uma dimensão utópica e libertadora que pode ser ampliada através do diálogo com o conhecimento científico. [...] Deixado a si mesmo, o senso comum é conservador e pode levar a prepotências, mas interpenetrado pelo conhecimento científico pode estar na origem de uma nova racionalidade. Uma racionalidade feita de racionalidades. (SANTOS, 2003, p. 89 e 90)

Mistificado, mistificador, conservador, prepotente... Não seria plausível dizer o mesmo em relação à ciência moderna? Não poderíamos assim caracterizá-la utilizando o próprio pensamento do autor? E não é assim que o portador de *saberes vulgares* enxerga a ciência? Como poderia ser interpretada esta proposta de “interpenetração pelo conhecimento científico” pelo senso comum? Como iniciar um diálogo respeitoso sobre estas bases e com esta linguagem?

Nada disso se assemelha ao que demanda o diálogo produtivo entre sujeitos poderosos, merecedores de mútua confiança incondicional a partir da revelação de uma oportunidade única e imperdível: a identificação de uma igualdade mínima — *uma vontade comum*. Tal consenso voluntário tem como pré-requisito um outro jeito de perceber o outro, um olhar capaz de enxergar semelhanças originais por trás de toda a aparente diversidade. Este olhar, geralmente precedido por algum tipo de afeto, cria condições para uma disponibilidade e confiança capazes de superar a barreira de preconceitos, estereótipos, impulsos de distanciamento e segregação. Esta atitude, possivelmente a primeira e mais importante das atitudes revolucionárias na busca de um outro paradigma de governo, define também os primeiros lugares de encontro para produção de uma *sabedoria comum*: corações e mentes dos sujeitos/cidadãos cujas vontades comuns se reconheçam.

Para um encontro produtivo é ainda imprescindível a construção de pontes de significados — tradução de categorias da ciência para o senso comum e concomitante consolidação conceitual de expressões e conhecimentos populares. Talvez isto signifique o mesmo que “descobrir categorias de inteligibilidade globais, conceitos quentes que derretam fronteiras em que a ciência moderna dividiu e encerrou a realidade.” (SANTOS, 2003, p. 72 )

A ciência do paradigma emergente, sendo [...] assumidamente analógica, é também assumidamente tradutora, ou seja, incentiva os conceitos e as teorias desenvolvidos localmente a emigrarem para outros lugares cognitivos, de modo a poderem ser utilizados fora do seu contexto de origem. Este procedimento [...] será normal numa forma de conhecimento que concebe através da imaginação e generaliza através da qualidade e exemplaridade. (SANTOS, 2003, p. 77)

Serão essas pontes quentes que permitirão o acesso pleno das diversas vontades aos novos espaços públicos, possibilitando que o calor dos saberes e afetos alcancem as esquinas e praças hoje vazias de encontros férteis, desabitadas pelo diálogo apaixonado. Esses lugares não podem deixar de ser objeto de abordagem transdisciplinar, assim como somente seus habitantes, os cidadãos indisciplinados, podem ser seus governantes legítimos. E se a Universidade demanda algum papel na construção deste outro conhecimento, cabe a ela saber reconhecer e habitar esses lugares.

## **Referências bibliográficas.**

HISSA, Cássio E. V. *A Mobilidade das Fronteiras. Inscricões da Geografia na Crise da Modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

KUHN, Thomas S. e BOEIRA, Beatriz Vianna. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, O. et alli. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as Ciências*. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma ciência pós moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SOUZA, Marcelo L. *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

TORO, José B. e WERNECK, Nísia M. D. F. *Mobilização Social, um modo de construir a democracia e a participação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

WEIL, Pierre. Axiomática transdisciplinar para um novo paradigma holístico. In: WEIL, Pierre et al. *Rumo à nova transdisciplinaridade; sistemas abertos de conhecimento*. São Paulo: Summus, 1993.